

ACTA Nº 1/93

- - - Aos vinte e seis dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos e noventa e três, nesta cidade de Viana do Castelo e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a sessão da Assembleia Municipal de Viana do Castelo sob a presidência de António Ribeiro de Oliveira Amaral, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão o Membro José Augusto Neiva de Sá, Primeiro Secretário, e, como Segundo Secretário Margarida Afonso dos Santos. A Câmara Municipal de Viana do Castelo fez-se representar pelo seu Presidente, Carlos Fernandes Branco Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores da Câmara Municipal de Viana do Castelo, Abílio Sousa e Silva, António José Martins Pereira, Esaú Silva da Rocha e Augusto Gonçalves Parente. Pelas vinte e uma horas e trinta minutos o Presidente da Mesa declarou aberta a sessão com a presença de 63 Membros e a falta de 18 Membros, conforme documento que se junta sob o número 1.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Mesa informou o Membro Carlos Resende de que já foi dada resposta ao requerimento que apresentou hoje, como representante do Partido Socialista.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE MONSERRATE:-** Congratulou-se com o início dos trabalhos para a semaforização da Avenida 25 de Abril, lamentado o facto de ser necessário acontecerem vários acidentes mortais e outros que deixaram algumas pessoas estropiadas, para ser feita alguma coisa no sentido de tornar mais segura aquela via. Seguidamente referiu-se ao caso que traz a D. Ana Santos a todas as sessões da Assembleia Municipal, solicitando à Câmara Municipal uma tomada de atenção para o caso daquela senhora.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE SUBPORTELA:-** Referiu-se e um caminho existente naquela freguesia fechado ilegalmente por particulares, tendo chamado a atenção para o facto. Referiu também a falta de placas de sinalização que identifiquem a sua freguesia.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Informou que o caso do caminho sobre o qual interveio o Presidente da Junta de Freguesia de Subportela deverá ser um assunto a ser tratado primeiramente

pelos Órgãos Autárquicos daquela freguesia e, posteriormente e se for necessário, encaminhado para a Câmara Municipal.

- - - **VALDEMAR COELHO:-** Fez um número de recomendações à Câmara Municipal, nomeadamente quanto ao panorama de segurança rodoviária e a falta de passeios que garantam a segurança dos transeuntes nas zonas de Darque, Meadela e Portuzelo, sendo vital a coordenação entre a Autarquia e os Organismos Oficiais para a efectivação daqueles, quanto à degradação e falta de limpeza na zona da Papanata e Santa Luzia e quanto à atenção que deverá merecer a distribuição de água no próximo verão. Por fim referiu a necessidade em, urgentemente, aprontar os acessos à cidade a partir da nova ponte.

- - - **DAVID PEREIRA:-** Aludiu às questões que lhe têm sido colocadas pelos habitantes da sua freguesia quanto aos traçados da auto-estrada e IP 9, tendo solicitado uma informação concreta acerca de tal assunto.

- - - **ANTÓNIO SILVA:-**Lamentou o incumprimento da promessa feita de colocação do parlatório nas sessões da Assembleia Municipal. Seguidamente lembrou que na sessão em que foi discutido o Plano de Actividades e Orçamentos Municipais, foi presente pelo seu partido um conjunto de propostas de projectos que lhe pareciam de interesse para o desenvolvimento da região, como a construção de um edifício para a Academia de Música, o posto da Guarda Nacional Republicana em Darque e um outro edifício para alojar as associações que saíram do ex-BC 9, criticando a falta de apoio que houve por parte dos outros partidos a essa iniciativa. Quanto à Avenida 25 de Abril corroborou o teor da intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Monserrate. Criticou a falta de celeridade em aprontar os acessos à cidade a partir da nova ponte. Lembrou a promessa que foi feita de ser ouvido o Presidente da Junta de Freguesia da Meadela quanto à implementação dos transportes colectivos urbanos, questionando a Câmara Municipal acerca do ponto em que está esse assunto. Relativamente aos placards existentes junto à capelinha de S. Lourenço, em Darque, apontou a necessidade em estabelecer um novo local para a colocação daqueles, por forma a não obstruírem a

vista da cidade a partir da ponte sobre o Rio Lima. Criticou a falta de resposta a requerimentos que apresentou há cerca de meio ano, dos quais, apenas só um foi respondido, lembrando, acerca desse procedimento, a regulamentação imposta pelo Código do Procedimento Administrativo, quanto a prazos para esse efeito.

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:**-Louvou o esforço desenvolvido pela Câmara Municipal quanto ao aspecto da limpeza, salientando o interesse em implementar um sistema de recolha dos resíduos de grande porte (frigoríficos, colchões e outros resíduos do género), com vista a evitar a colocação desses materiais em locais que prejudiquem, tanto o meio ambiente, como a estética da paisagem, sendo importante, para obstar a isso, a colocação de contentores em pontos estratégicos para esse efeito. Quanto ao trânsito, tanto de peões, como de viaturas, focou o mau estado de algumas ruas e passeios, focando novamente o péssimo estado do pavimento do viaduto de Santo António. Seguidamente aplaudiu a colocação de semáforos na cidade e lembrou a necessidade de, junto do Ministro Marques Mendes, diligenciar para um aceleração na execução das obras de continuação da via rápida, desde a ponte sobre o Rio Lima até Vila Praia de Âncora ou Vila Nova de Cerveira, uma vez que, mesmo com a colocação de semáforos na via de atravessamento da cidade (Avenida 25 de Abril), no período de verão, continuarão os engarrafamentos nessa via. Seguidamente aludiu à necessidade em começar, desde já e uma vez que o tempo ajuda, a limpeza das praias e demais infraestruturas de apoio que nelas irão funcionar.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE MONTARIA:**-Chamou a atenção para o perigo que poderá constituir para as viaturas o buraco existente para resguardo da árvore existente nos parque de estacionamento privativo da Câmara Municipal.

- - - **PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREÇO:**- Em seu nome e dos seus colegas das freguesias de Afife e Areosa, informou a Assembleia Municipal acerca do curso das obras, inseridas no programa do emparcelamento, que estão a ser levadas a cabo naquelas freguesias e das demarches havidas, com vista a uma completa estruturação fundiária das veigas daquelas mesmas

freguesias, como seja, a conclusão, até finais do mês de Março, do projecto dos lotes agrícolas, a já efectuada adjudicação da respectiva rede viária numa extensão de 24,2 quilómetros, para as três freguesias, cujas obras serão iniciadas até meados do próximo mês de Abril, o concurso público para a construção de uma estrada paralela à E.N. 13 com a extensão de 6,9 quilómetros e os projectos, em fase de execução, das passagens desniveladas à E.N.13 e via férrea. Quanto ao sistema de rega para servir aquela estrutura agrícola, deu conhecimento de um documento elaborado, relativo às freguesias em causa, que leu. Finda a leitura do documento, manifestou esperança no apoio de todos os Membros da Assembleia, quanto ao conteúdo do mesmo, o qual visa dar um impulso importante ao desenvolvimento agrícola desta região.

- - - **CARLOS RESENDE:**-Solicitou ao Presidente da Câmara uma informação acerca da forma como irão ser construídos os cruzamentos da Via Complementar ao IC 1 com as estradas que essa via irá cortar e alertou para o cuidado a ter para que os mesmos não venham a ser pontos críticos para o trânsito. Por último apelou aos Membros do PSD para lerem a primeira parte da informação escrita do Presidente da Câmara que foi distribuída, que rotulou de eleitoralista.

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:**-Fez uma resenha dos casos de furto que afligem a cidade nestes últimos tempo, quer em residências, quer em viaturas automóveis e teceu críticas à actuação das forças policiais, nomeadamente a Polícia de Segurança Pública, solicitando o empenho da Câmara Municipal para uma solução que garanta a segurança de pessoas e bens. Terminou com um louvor à Câmara Municipal pela forma digna e interessante como decorreu o Corso Carnavalesco da cidade.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:**-Relativamente à informação escrita do Presidente da Câmara distribuída, criticou o seu autor pelo conteúdo da mesma, pela falta de oportunidade e corrigiu o ponto em que na mesma se aludia aos mandatos dos Presidentes da Câmara referidos, no sentido de que os mandatos anteriores eram de 3 e não de 4 anos.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:**- Iniciou o período de resposta às questões que lhe foram postas, manifestando a sua satisfação por as críticas havidas não o serem à actuação do Executivo

Municipal, mas sim a assuntos cuja responsabilidade compete ao Governo da Nação, deduzindo daí não haver grandes queixas por parte da comunidade vianense quanto à actuação do Executivo Municipal. Quanto à intervenção do Membro Oliveira e Silva relativamente à informação escrita distribuída, informou ser sua intenção, com ela, chamar a atenção da sociedade vianesa para uma reflexão sobre a maneira de ser e de estar, uma vez que houve assuntos que, neste concelho, não foram resolvidos de forma tão eficiente como o foram outros semelhantes, em outros concelhos do País, e mostrar que a instabilidade, no sentido da entrada e saída dos Presidentes das Câmaras, não é algo dos últimos 15 ou 16 anos, não é algo que tem a ver com o período anterior à democracia (período autocrático), em que o poderes dos autarcas eram semelhantes aos de simples funcionários do Estado, e para mostrar que isso decorre da nossa matriz cultural, que, embora lentamente, se está a alterar, do criticismo que designa por "endofagia" ou "autofagia" (a destruição que nós fazemos de nós próprios), o que pôde avaliar pela audição que fez, numa rádio local, da transmissão do Corso Carnavalesco, na qual os entrevistados, que eram deste concelho, diziam mal de tudo, em contrapartida, os forasteiros diziam maravilhas tanto do Corso, como da cidade e, dos vários profissionais da rádio que se encontravam em serviço, o único, que ao longo da emissão deduziu ser de Viana, demonstrou um tão grande desamor à sua terra que o deixou preocupado, daí a sua decisão em incluir este ponto na informação, para forçar os vianenses a tomarem consciência deste aspecto negativo e o suplantarem, fazendo votos para que cada um dos vianenses faça uma análise (introspecção) e veja aquilo que fez pela sua terra e não aquilo que ela fez por ele (parafraseando um Presidente Americano que fez essa reflexão). No plano das grandes acessibilidades, informou que já teve o ensejo em abordar esse ponto por várias vezes, informando de uma reunião que teve em Lisboa com dirigentes da Junta Autónoma de Estradas com vista a acertar pequenos pormenores desse plano e pressionar a sua execução, verificando que o mesmo se encontra com um pequeno atraso mas está a ser integralmente executado e que, em consequência da intervenção que fez junto da Junta Autónoma de Estradas, foi aberto o concurso para o lanço entre a nova ponte sobre o Rio Lima e a ponte sobre o Rio Neiva. Informou

também da elaboração do projecto de continuação do IC 1, com um perfil de auto-estrada, até Vila Praia de Âncora, embora, numa primeira fase, só seja executada uma via simples, bem como os projectos do IP 9 (que será uma auto-estrada, com portagem, que já foi concessionada à Brisa), estando os estudos e ser elaborados de acordo com o programa, via essa que, partindo de Viana, vai até à auto-estrada Porto/Braga/Valença, seguirá depois até Guimarães/Amarante, estando o seu traçado já definido, não havendo, por parte da Autarquia, conhecimento quer oficial, quer officioso, do mesmo e da rápida entre Viana/Estorãos/ Ponte de Lima /Arcos de Valdevez. Quanto à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Subportela, esclareceu que a responsabilidade da falta de placas de informação da sua freguesia é da Junta Autónoma de Estradas, uma vez que a via é uma estrada nacional, o mesmo acontecendo com a estrada para Santa Luzia. Quanto ao mau estado dos pavimentos e passeios, esclareceu que a situação actual é fruto do acumulado ao longo de dezenas de anos, estando a Autarquia a fazer esforços no sentido de melhorar a situação, mas devido à dimensão, tanto da cidade como do concelho e sendo grande o número de situações, há grande falta de meios e, portanto, a normalização será efectuada mais lentamente que o desejado, informando que está já a ser levado a cabo um bom trabalho nesse sentido, nomeadamente na Zona Histórica da cidade, em que são realizadas infraestruturas que têm em linha de conta o futuro. Salientou que é uma realidade o elevado número de quilómetros de arruamentos e passeios executados, quer na área da cidade, quer nas freguesias rurais, tendo sido incentivadas as Juntas de Freguesia para a construção de passeios em estradas nacionais e municipais, como forma de aumentar a segurança dos transeuntes, prevendo a Autarquia gastar, este ano, cerca de 100.000 contos nessas infraestruturas viárias. Relativamente à Via Complementar do IC 1, informou que está a ser construído o primeiro lanço, denominado Entre-Santos (entre S. Vicente e S. João de Arga), sendo os cruzamentos desta com outras vias de nível, não se justificando, para já, outra forma a avaliar pela densidade da população prevista no Plano Director Municipal para essa zona. Quanto à semaforização, informou a implementação desse ordenador de trânsito na zona de cruzamento da Via Complementar do IC 1 com a E.N. que vai para Ponte de

Lima, que eventualmente será um ponto crítico quanto a trânsito. Quanto ao problema do abastecimento de água à cidade, disse ser este um problema grave, estando a Autarquia a diligenciar no sentido de melhorar a situação por forma a garantir uma situação estável nos meses de Verão e no futuro, para o que estão já a ser feitos investimentos em novas captações, em locais diversificados, com vista à possibilidade de poder ser formado um anel, por forma a garantir permanência no abastecimento em várias vertentes, mesmo em situações anormais, para os quais serão canalizadas avultadas verbas dos fundos comunitários, com vista à resolução desse problema de uma forma estrutural, bem como melhoramento e ampliação da rede domiciliária de distribuição. Focou ainda o grave problema, neste domínio, que constitui o loteamento da Amorosa, cuja responsabilidade disse não ser de sua autoria nem do PSD, mas do Partido Socialista e de outros partidos. Ainda no domínio das captações de água para abastecimento do concelho, focou a criação de uma barragem no ribeiro de Areosa que, com o aproveitamento das condições, poderá poupar avultadas verbas ao Município em bombagem, uma vez que, face à elevação de Santa Luzia, o seu transporte posterior poderá ser feito por gravidade. Quanto ao concurso dos transportes colectivos para a área do concelho, lembrou ter sido um compromisso assumido no início do mandato que está a ser cumprido e, em altura própria, será feita a audição dos Presidentes de Junta das Freguesias abrangidas. Fez alusão aos investimentos feitos no sector da recolha dos resíduos sólidos (lixos), quer com meios mecânicos, quer com meios humanos (a colocação, pela primeira vez na história dessas freguesias, de cantoneiros em Darque, Meadela e Areosa), com vista a atacar esse ponto de uma forma eficiente, embora reconheça haver ainda deficiências nesse domínio. Quanto à intervenção do Membro Veiga de Oliveira relativamente aos resíduos sólidos de grande porte (colchões, frigoríficos, etc.), informou ser esse um aspecto que o preocupa e que a Autarquia está a tomar medidas, no sentido de implementação de um circuito especial para esse efeito, tencionando levar a efeito campanha de sensibilização e reeducação, com vista a uma mudança desse comportamento da população vianense. Ainda em relação à intervenção do Membro Veiga de Oliveira, informou do programa que possibilitará um investimento de cerca de

15.000 contos, para limpeza das praias do concelho, este ano mais cedo, uma vez que as condições climatéricas são primaveris. Respondendo à questão apresentada pelo Presidente da Junta de Freguesia de Montaria, informou das alterações de ordem urbanística que estão em estudo para o parque de estacionamento de viaturas, com vista a tornar aquele espaço numa praça interior. Em relação ao emparcelamento, informou ser um programa vantajoso para o concelho, que foi negociado com o Ministério da Agricultura e no qual o Governo da Nação irá fazer investimentos no montante de 400.000 contos. No domínio da Segurança, embora esta seja uma atribuição do Governo da Nação (Ministério da Administração Interna) e sendo esse um problema que o preocupa enormemente, informou não ser, de momento, oportuno a criação de um corpo de polícia municipal, devido aos avultados custos que isso acarretaria para o Município. Teceu críticas à actuação da Polícia de Segurança Pública na cidade, no domínio da segurança de pessoas e bens, em contraponto com a forma positiva e mais eficiente como tem sido a actuação da Guarda Nacional Republicana, nesse domínio, nomeadamente em questões de desalojamento de famílias em operações fora da área jurisdicional da Polícia de Segurança Pública. Quanto ao Corso Carnavalesco, teceu elogios à forma como decorreu o acontecimento e frisou ser, actualmente, já um acontecimento cultural imposto na cidade, no concelho e até no norte de Portugal.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Aludiu à forma auto-elogiosa como o Presidente da Câmara se exprimiu na informação escrita que foi distribuída, que classificou de infeliz. Seguidamente fez questão que figurasse na acta a posição do Presidente da Câmara de que a via complementar ao IC 1 não necessita de viadutos no seu atravessamento com os arruamentos que com ela se cruzam.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Quanto à última parte da intervenção do Membro Carlos Resende, clarificou não ter sido essa afirmação.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Questionou se a não construção dos viadutos na via complementar do IC 1 era devida à pressa em inaugurar a obra, pondo em dúvida a segurança rodoviária, no futuro, naquela via. Seguidamente e a propósito do montante dos gastos com publicidade nos meios de

comunicação social nos últimos tempos pela Câmara Municipal, apresentou o requerimento que se junta sob o número 2.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Criticou a intervenção anterior, dizendo que lamenta a actuação de algumas pessoas que, não sendo de Viana, contribuem para um desamor tão grande à cidade e ao concelho, tanto actualmente como olhando através da história desta terra, e saudou os presentes que, não sendo desta terra, contribuem para a engrandecê-la e desenvolvê-la. Finalmente firmou a sua posição frontal e transparente com que tem pautado a sua actuação, como a sua forma pessoal de proceder e de estar. Em relação aos viadutos da via complementar ao IC 1, disse ser uma tomada de posição equilibrada e não se justificarem essas passagens, dada a secundaridade dessa via, sendo, de uma importância inegável a semaforização, em curso, da Avenida 25 de Abril, embora não seja essa a solução mais eficaz, a longo prazo, mas que o Plano de Urbanização da Cidade contempla já a necessidade futura de construção de passagens desniveladas nessa via.

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Teceu um comentário acerca do conteúdo da informação escrita do Presidente da Câmara e às mudanças de opinião no decorrer da mesma e acusou de falsa a afirmação do Presidente da Câmara acerca dos partidos culpados na aprovação do loteamento da Amorosa, uma vez que o seu partido sempre se mostrou contra a sua aprovação.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-**Agradeceu o esclarecimento dado pelo Membro António Silva, dando razão à intervenção daquele Membro, e esclareceu que o responsáveis pela aprovação daquele loteamento foram o Partido Socialista e o Centro Democrático Social, prestando a sua homenagem à forma digna e coerente na posição assumida pelo Partido Comunista, naquela altura.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-**Rectificou a afirmação do Presidente da Câmara acerca da responsabilidade na aprovação do loteamento da Amorosa dos vereadores do Partido Socialista, dizendo que a Comissão Política, da altura, tomou posição contrária, tendo também a Assembleia, também na altura, tomado, por seu intermédio, idêntica posição.

- - - A informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da actividade desta é o documento

que se junta sob o número 3.

ORDEM DE TRABALHOS

- - - Passou-se de seguida ao período da ordem do dia, com os assuntos constantes do documento que se junta sob o número 4.

PONTO Nº 1 - OBRAS CLANDESTINAS - LEGALIZAÇÃO - TAXAS (doc. nº 5)

- - - **CARLOS RESENDE:-** Apresentou uma proposta acerca deste ponto, fundamentando a sua posição como forma de esclarecer dúvidas que poderão surgir quanto à situação dos munícipes que fizeram o pagamento das taxas com agravamento, solicitando à Câmara Municipal que devolva as taxas cobradas que não estão de acordo com o proposto.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Informou ser desnecessária a recomendação daquele Membro, uma vez que a aplicação seria sempre reportada ao início do ano, com vista a não penalizar quem pagou.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Fez a leitura da proposta a que aludiu, fundamentando a apresentação da mesma, devido ao desfazamento havido no valor das taxas praticadas no nosso concelho, à luz de um estudo feito pela Câmara Municipal de Torres Vedras, relativamente aos Municípios vizinhos daquela Autarquia.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Informou o Membro Carlos Resende que a sua proposta poderá ser votada no final dos pontos em discussão, uma vez que a mesma não se enquadra em nenhum deles.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Mencionou a pertinência e oportunidade da proposta em questão, uma vez que, pelo título do ponto em discussão, a mesma se afigura perfeitamente inserida no seu conteúdo.

- - - Concluídas as intervenções acerca deste assunto, o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

PONTO Nº 2 - REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DA EXPLORAÇÃO DO COMPLEXO TURÍSTICO DA MARINA (doc. nº 6)

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Prestou detalhados esclarecimentos acerca da intenção da Câmara em valorizar o todo do equipamento em detrimento das partes, com vista a não acontecer a degradação do mesmo, uma vez que foram lá gastos mais de 700.000 contos, constituindo a sua boa gestão a grande preocupação tanto da Câmara Municipal, como até da própria cidade. daí a grande importância dada pelo Executivo ao concurso em causa.

- - - **DOMINGOS CACHADINHA:-** Fez alguns reparos acerca de aspectos do Regulamento para a concessão do equipamento que lhe pareceram pertinentes e de acautelar, nomeadamente acerca do artigo 3º, no qual foi de opinião de se lhe acrescentar uma alínea e) no tocante à prestação de caução, que, no seu entender, deveria ser prestada uma caução provisória de valor a fixar, como forma de responsabilizar os concorrentes. No artº 8º deverá ser dada mais liberdade quanto à descrição do pessoal a contratar. No artº10, alínea a), ponto nº 2, a prestação da caução provisória visa seleccionar os candidatos, uma vez que se desistirem perderão a respectiva caução. No artº 15º, a elevada caução (no montante de 15.000 contos), feitas as contas dos encargos com a mesma, elimina muita gente, se bem que a Câmara também terá de ter alguma segurança, mas deverá ser incluído neste ponto a instituição aceite pela Câmara para prestar a caução (banco, companhias de seguros, etc.), uma vez que tal como está este ponto, nada consta quanto a esse pormenor e poderá a mesma ser prestada até por uma agência falida. No final do programa deveria dizer que a caução poderá ser substituída por outra garantia real, desde que aceite pela Câmara Municipal, no caso de o candidato ter dificuldades em arranjar uma caução nesse valor ou não desejar acarretar com os encargos bancários decorrentes da caução em causa.

- - - **RODOLFO PARENTE:-** Disse não ter nada a considerar acerca do regulamento propriamente dito, congratulando-se com a ideia de a Câmara considerar a concessão do Complexo Turístico como um todo, devendo ser considerado importante prever a defesa do espaço envolvente, como forma de acautelar eventuais riscos no futuro.

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:-** Achou o regulamento bem elaborado e capaz, manifestando algumas

dúvidas quanto ao artº 17º, ponto 1, e que é da opinião que, no caso haver lugar à subconcessão, para o mesmo deveria ser aberto um novo concurso.

- - - **ARMINDO MOURA:-** Referiu a importância da decisão a tomar e questionou acerca da constituição (ponto nº 5 do regulamento) no tocante à nomeação da Comissão Técnica que irá apreciar as propostas dos candidatos à concessão, nomeadamente os critérios que serão adoptados para a escolha dos Membros que a integrarão, se os mesmos serão da Autarquia, exteriores à mesma ou até políticos. Seguidamente aludiu à informação escrita do Presidente da Câmara no ponto em que se subentende uma recandidatura sua. Quanto a haver quem dê verbas avultadas, disse que, se isso é verdade, é grave, devendo haver todo o cuidado para escolher pessoas correctas e sérias para defender os interesses do Município. Informou o seu acordo às reservas postas quanto eventual subconcessão, na medida em que a filosofia da concessão é a rentabilidade de forma homogénea do equipamento. Quanto ao artº 9º, está de acordo com o conteúdo do mesmo, uma vez que no mesmo não é primordial o lucro, mas principalmente a boa gestão do mesmo, como forma de desenvolvimento da cidade e do concelho.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Informou ser a concessão do Complexo Turístico uma fonte de preocupações para a Autarquia, uma vez que a vocação da mesma não é a construção nem a concessão de equipamentos turísticos, mas satisfazer necessidades colectivas da população. Sendo este um equipamento herdado em fase adiantada de construção dos Executivos anteriores, a autarquia teve de o assumir e será necessário dar-lhe seguimento para servir melhor os interesse da comunidade. Seguidamente agradeceu as questões postas pelo Membro Domingos Cachadinha e informou-o de que o assunto em causa foi objecto de detalhada apreciação em reuniões da Câmara, mas que, qualquer que seja o Regulamento para o efeito, a palavra final, em termos de rentabilização e boa gestão do equipamento, será dada pela capacidade do concorrente que ficar com a concessão, sendo assim vantajosa a não prestação da caução provisória, uma vez que facilita ao máximo a propositura de candidatos, embora tenha sido ela considerada, como acontece nas obras públicas. Quanto aos meios

humanos considerados no artº 8º, deu razão ao conteúdo da intervenção daquele e pode ser dada resposta substituindo "nomeadamente" por "eventualmente", uma vez que o que se pretende é que o concorrente indique os meios humanos e não concretize o perfil daqueles e, após a concessão, haverá um controlo feito pela Autarquia, pelo que a boa qualidade dos perfis humanos poderá contribuir para uma decisão favorável a favor de determinado concorrente (o perfil do Gestor ou Administrador é essencial). Quanto ao valor da caução (15.000 contos) foi um assunto muito debatido, uma vez que o equipamento posto à disposição do concessionário é muito valioso e esse valor elevado é uma forma de segurança para o Município, mas o próprio Regulamento não invalida que possa ser substituída por outro bem admitido para o efeito. Informou também da eventualidade de o Município com a concessão poder vir a receber verbas entre 300.000 contos e 500.000 contos, durante o período da concessão. Informou também da honestidade e idoneidade na Comissão Técnica que será formada para o efeito, que será nomeada pelo próprio Presidente da Câmara e não pela Câmara Municipal, e poderá integrar, tanto Técnicos do Município, como exteriores ao Município, uma vez que a Câmara Municipal não dispõe de recursos com formação em determinados requisitos exigidos, conforme for achado conveniente. Em resposta à intervenção do Membro Rodolfo Parente, relativamente ao cuidado a ter com a área adjacente ao Complexo, informou que, na altura da concessão, estará toda a área completamente aprontada, uma vez que na próxima semana serão lançadas obras de beneficiação inseridas num protocolo celebrado "Reconciliação da Cidade com o Rio", com o Ministério do Mar, estimadas entre 100.000 contos e 150.000 contos e que compreenderão a irrigação automática, quer do jardim marginal, quer dos terrenos conquistados ao rio, iluminação pública, que se encontra degradada, passeio junto à marina e recuperação dos passeios já construídos nos terrenos conquistados ao rio. Informou também acerca dos serviços que serão prestados no Complexo, que serão de natureza turística e cultural, existindo a preocupação nomeadamente de conservação do património Municipal, dado o elevado investimento lá realizado. Quanto à subconcessão, informou que o concessionário terá que realizar, em mobiliário e equipamento, um investimento muito grande e, surgindo-lhe problemas

que o impeça de continuar a gerir o Complexo, a subconcessão será a única forma de não vir a perder o investimento realizado e toda a subconcessão fica condicionada a uma aprovação da Câmara Municipal, isto é, à qualidade do subconcessionário, por forma a não haver degradação e defender assim os interesses do Município, não afastando candidatos que, por causa do grande risco que correm, poderiam não concorrer.

- - - Concluídas as intervenções acerca deste assunto, o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação com a alteração proposta ao artigo 8º, alínea a), de substituição do termo "nomeadamente" pelo termo "eventualmente", foi o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO Nº 3 - ANÁLISE DA EXTRACÇÃO DE INERTES NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO NO CONCELHO DE VIANA DO CASTELO

- - - **PRESIDENTE DA MESA:** Deu conhecimento aos Membros da apresentação, na última reunião da Comissão de Apoio à Mesa da Assembleia Municipal, pelo Partido Socialista de um requerimento, pedindo que o este assunto fosse incluído na Ordem de Trabalhos. Focou também já ser de vontade do PSD a discussão deste assunto nesta sessão, uma vez que estava a ser visado um Secretário da Mesa e ele, como Presidente desta, fazia questão que este assunto fosse objecto de uma discussão aprofundada, para uma completa elucidação dos Membros da Assembleia e até da própria opinião pública.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Acusou a grande quantidade de mentiras que têm rodeado este assunto, manifestando a certeza de que a verdade acabará por prevalecer. Seguidamente informou que solicitou aos Técnicos Municipais para estarem presentes a esta sessão devidamente habilitados para prestarem todos os esclarecimentos, no plano técnico, sendo sua tarefa desempenhar a função política deste caso, não no sentido de politiquice, mas no sentido nobre do termo, uma vez que o assunto se tem revestido de muita desonestidade e hipocrisia. Informou que em relação à questão com a extracção de areias ou de inertes é determinação sua em não deixar delapidar o património de todos os vianenses e, com essa determinação, inviabiliza todas as iniciativas desonestas e inicia-se uma campanha caluniosa

contra o Presidente da Câmara para destruir a sua imagem, mas que, mercê da felicidade em ter a seu lado gente séria e honesta, tanto gente do concelho, como de fora do concelho, essa campanha não conseguiu surtir os efeitos desejados por quem a lançou e, então, foi encetada uma nova campanha visando os seus mais directos colaboradores, como seja o Engenheiro Horácio Faria e, posteriormente, a vítima dessa campanha foi o Engenheiro Neiva de Sá, acerca do qual fez o mais elevado elogio no tocante às qualidades de honestidade, seriedade e dignidade. Seguidamente dicertou acerca da campanha iniciada contra a construção da Estação de Tratamento de Águas Residuais, informando os Membros acerca do enorme investimento que o Município está a levar a cabo nela e os efeitos benéficos, quer na defesa do ambiente, quer na resolução dos problemas das zonas que irá servir, nomeadamente a Zona Industrial e o loteamento da Amorosa, cuja elaboração do projecto, onde participaram reconhecidos técnicos italianos, obedeceu a todos pareceres técnicos, tanto do Município, como até exteriores ao próprio Município e que foi aprovado pela Assembleia Municipal, por unanimidade, em sua sessão de 11 de Maio de 1990, porque resulta de uma adjudicação que passou pela aprovação também da Assembleia Municipal. As questões foram analisadas a nível da Comissão de Coordenação da Região do Norte, Direcção-Geral dos Recursos Naturais, Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e também ao nível do Ministério do Planeamento e da Administração do Território, o empreendimento foi candidatado a Bruxelas, onde foi aprovado e recebeu uma comparticipação dos fundos comunitários no programa ENVIREG (que é um programa para a defesa dos valores ambientais) em 70% do seu custo. Informou também dos inúmeros contactos que teve, para esclarecimento das muitas dúvidas que havia, com variados técnicos, do Município e de fora dele, da oportunidade que teve de verificar as soluções utilizadas em Inglaterra e Holanda, no domínio do desembaraçamento das águas residuais, ficando com a certeza de que foram escolhidas as melhores soluções hoje conhecidas nesse domínio. Disse também que a construção da ETAR é um assunto que já se arrasta há longo prazo, plasmou-se no Plano Director Municipal, embora não com uma localização muito rigorosa, mas aproximada. Prestou também esclarecimentos acerca do cuidado

havido em economizar meios ao Município, uma vez que, se a adjudicação fosse feita como é habitual, seria necessário incluir, no caderno de encargos, meios para pagar ao empreiteiro para retirar a areia no local destinado à implantação da ETAR, interrogando que honestidade haveria neste domínio. A aquisição dos terrenos foi feita nas melhores condições para o Município (foi pedido 10.000\$00 por m2 para uma parcela adicional que a Câmara Municipal está em vias de expropriar) e são propriedade do Município vários hectares de terreno (100.000 m2), que ficam ao lado do baldio e houve dúvidas quanto à implantação da ETAR dentro do terreno baldio, uma vez que a Câmara Municipal faz questão em respeitar a lei existente para estes espaços, mesmo que eles sejam pertença do Município. Focou também o exemplo que é o concelho quanto à defesa de valores ambientais e gestão dos recursos naturais, o que motivou a onda de calúnias e desonestidade encetada, que pensa ter a coberturas de certas forças políticas, referindo a mágoa que lhe causa perceber que são sacrificadas pessoas inocentes e que nada têm a ver com o caso, frisando que, no que lhe toca, deverá haver "luta" sim, mas no plano e na ética políticos. Seguidamente apresentou os Técnicos Municipais presentes, o Director do Departamento de Obras, Engº Tiago Delgado, que é o responsável Municipal pela obra, o Adjunto do Gabinete de Apoio ao Presidente da Câmara, Engº Horácio Faria, acerca do qual teceu os mais elevados elogios de lealdade, honestidade e seriedade, responsável pela gestão de defesa do meio ambiente e que controla a extracção das areias no concelho e o Chefe da Divisão Administrativa, Dr. Neiva Marques, que tratou de todos os procedimentos técnico-jurídicos relacionados com o assunto, que foram discutidos em reuniões da Câmara Municipal, onde foram votados, por unanimidade, e executados com toda a legalidade e transparência.

- - - **TIAGO DELGADO:-** Informou que a ETAR em causa irá servir a margem sul, é integrada no plano de saneamento da orla litoral, cujo desembarço dos efluentes tem três sistemas, estação convencional, uma estação (chamada estação de tratamento da cidade), com um tratamento primário e secundário e a fase terciária do desembarço e uma outra fase que irá para a Gelfa (concelho de Caminha), além de outros pormenores de funcionamento e estudos efectuados.

- - - **HORÁCIO FARIA:-** Fez uma exaustiva análise acerca dos regulamentos que regem a extracção de inertes de natureza fluvial, heólica e dunar, bem como das diversas firmas dedicadas a extracções de areias existentes e havidas na zona da Amorosa. Seguidamente informou acerca do acompanhamento que deu, na consulta dos processos achados de interesse, feita pelos Vereadores Dr. Morais da Fonte e Arqº Rui Martins. Elucidou, de forma minuciosa os Membros da Assembleia acerca das várias alterações da legislação que rege as explorações de inertes e das competências, nesse domínio, da Câmara Municipal, assim como das campanhas e demarches efectuadas pela Câmara Municipal para um ordenamento desse sector extractivo no concelho de Viana.

- - - **NEIVA MARQUES:-** Prestou esclarecimentos acerca dos actos levados a efeito para aquisição dos terrenos e à forma como foi conduzido todo o processo logo que foram identificados todos os terrenos necessários ao empreendimento e respectivos proprietários e quantificou as áreas e verbas pagas para a aquisição, prestando esclarecimentos das cláusulas constantes dos mesmos quanto à extracção das areias necessárias à construção da obra e dos poderes ao abrigo dos quais a Câmara Municipal autorizou a retirada dos inertes, bem como das contrapartidas dadas ao Município pelas firma extractoras em materiais, cujas quantidades foram convertidas em dinheiro, para o efeito de darem entrada nos cofres da Câmara Municipal, como receita, bem como a mais valia derivada da entrega de areia. Por último informou que já se encontram feitas todas as escrituras relativas às transferências havidas.

- - - **SOARES PEREIRA:-** Começou por referir que o Partido Socialista, ao requerer a inscrição deste ponto na Ordem de Trabalhos, o fez por sentir a necessidade que existe em debater e esclarecer exaustivamente este assunto, por forma a dar a conhecer a verdade à população vianense e nunca existiu no seu partido nada mais que um procedimento correcto e transparente que visa a resolução deste caso, uma vez que, no tocante à extracção de areias tem havido uma passividade em não interferir junto dos Órgãos competentes, para obstar a isso. Deu a conhecer a sua intenção em apresentar à Mesa da Assembleia uma moção acerca deste assunto e criticou a Câmara Municipal acerca da

descoordenação das cotas previstas para a extracção da areia para a construção da ETAR e a que se verifica, bem como acerca da alteração do local inicial de implantação indicado no PDM. Seguidamente apresentou valores achados pelo seu partido quanto ao volume de extracção levado a efeito em confronto com os apresentados pelos serviços municipais, tendo sugerido que a Câmara Municipal leve a efeito um inquérito rigoroso acerca desses valores, disponibilizando o seu Partido para, se for achado conveniente, dar ao Presidente da Câmara alguns elementos que tem e que contradizem os apresentados. Referiu também a falta de um dos técnicos intervenientes acerca da área que seria necessária para a implantação do sistema.

- - - **DOMINGOS CACHADINHA:-** Disse ter tido conhecimento do problema relacionado com a extracção das areia por intermédio da comunicação social, tecendo críticas àqueles que não pautam a sua intervenção pela honestidade e seriedade. Seguidamente, reportando-se à intervenção do Dr. Neiva Marques, na qual era referida a autorização dada pela Câmara Municipal aos proprietários para exploração da areia, acentuou que não vê nisso nenhuma desonestidade nem mau negócio efectuado pela Câmara Municipal.

- - - **DAVID PEREIRA:-** Manifestou a sua impressão de que existe um movimento mal intencionado contra o Presidente da Câmara, a avaliar pelo conteúdo das notícias dadas pelo órgão de comunicação social que tem referido esse assunto, nas quais o nome que era referido era Branco Morais, tendo manifestado a sua preocupação quando, nesse assunto, já era mencionado o de Neiva de Sá e que, possivelmente algum dia, será outro nome o visado neste processo.

- - - **BOUÇA DE MORAIS:-**Manifestou o seu desagrado pela forma como este assunto é tratado fora de Viana, pela má impressão que causa e apelou para um real esclarecimento dos factos.

- - - **VEIGA DE OLIVEIRA:-** Foi de opinião de que, se alguém se sente lesado pelo meio de comunicação social visado, deverá recorrer aos tribunais e aí esclarecer o assunto. Relativamente ao problema das areias focou a necessidade de conjugar os vários aspectos (extracção de areia nas dunas e no Rio Lima), questionando a Câmara Municipal acerca das iniciativas levadas a cabo para pôr termo à

anarquia reinante neste domínio, por forma a defender o meio ambiente. Questionou também acerca da compra de terreno privado para implantação da ETAR, quando o Município tinha terreno baldio no local. Finalizando com a sugestão à Câmara Municipal, no sentido de controlar os volumes de areias retirados e o respeito pelas cotas projectadas.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Assentou a posição do seu Partido no sentido de não colocar em causa a seriedade e honradez de ninguém, sendo de opinião de que o assunto de desonestidade verificado deveria ser objecto de processo judicial. Focou a informação que tem da área desbastada a qual, foi de opinião, é três vezes superior à indicada na informação do Presidente da Câmara, bem como as quantidades da extracção estão desencontradas. Seguidamente aludiu à falta de pareceres mencionados no artº 18º do Decreto-Lei nº 89/90, bem como à falta de competência da Câmara Municipal para licenciar tão grandes volumes, assim como a divisão do local em várias explorações, o que não lhe parece correcto. Por último aludiu à eventual existência de um terreno baldio, da Câmara Municipal, que, de acordo com o PDM, não seria necessária a retirada de areia para a construção da estação de tratamento, questionando acerca da alteração do local inicialmente previsto.

- - - **ANTÓNIO SILVA:-** Deu a posição favorável do seu partido, quanto a uma administração autárquica transparente, apoiando a iniciativa do Partido Socialista acerca da oportunidade de discussão deste assunto, para que sejam retiradas as dúvidas suscitadas. Questionou o Presidente da Câmara no sentido de ser dado esclarecimento de quais as forças políticas que apoiariam a campanha contra si e propôs a constituição de um grupo de trabalho, com a presença de todas as forças políticas, que estudasse o assunto e apresentasse as conclusões na próxima sessão. Focou a necessidade de a Autarquia zelar pela defesa dos valores ambientais, relativamente à extracção de areias, a necessidade em haver legislação que seja eficiente nesse domínio e as contrapartidas que deveria ter o Município, uma vez que o transporte das areias degrada o estado das vias.

- - - **ANTERO FILGUEIRAS:-**Criticou as intervenções que o antecederam em omitirem o nome do jornal que apadrinha a campanha acerca das areias a quem apelidou de "O PRAVDA NEGRO".

Aludiu aos prejuízos quer morais, quer pessoais de que são vítimas os visados na campanha. Seguidamente referiu a destruição havida na mata do Camarido, em Caminha. Finalmente referiu que, segundo o seu ponto de vista, a Câmara teria feito um bom negócio na aquisição do terreno, em vez de optar pela construção em terreno baldio.

- - - OLIVEIRA E SILVA:- Referiu a não identidade do seu partido com o jornal "O FALCÃO DO MINHO" e apelidou de infeliz a designação dada pelo Membro Antero Filgueiras ao chamar àquele órgão de comunicação "O PRAVDA NEGRO", uma vez que "Pravda" significa verdade. Seguidamente esclareceu que o seu partido nunca atacou quem quer que fosse, uma vez que não é esse o tipo de actuação política que segue, sendo urgente um esclarecimento cabal deste assunto. Está preocupado com a defesa do ambiente e é somente esse problema o que está em causa, daí a oportunidade na inclusão deste ponto na ordem de trabalhos. Acusou o Presidente da Câmara em não se pautar pela transparência, sob o ponto de vista de expressão dos factos, uma vez que não foi cumprido o local de implantação da estação de tratamento. Seguidamente corrigiu a intervenção do Presidente da Câmara, quanto à referência que fez aos baldios informando que não existem baldios do Município, são pertença dos utentes e não houve nenhum utente a bater o pé à implantação da ETAR no baldio em questão, exigindo a sua utilização uma muito menor retirada de areias e, por conseguinte, uma menor agressão às condições ecológicas do local. Questionou também acerca da colheita das devidas autorizações para a retirada de tão grande volume de areia. Finalizou a sua intervenção assentando a preocupação que tem em salvaguardar os valores ecológicos e ambientais.

- - - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE DARQUE:- Aludiu à preocupação que a Junta de Freguesia que representa tem com a retirada de areias e consequências nefastas para as artérias viárias daquela freguesia com o trânsito dos camiões que as transportam, bem como legislação que regule a retirada de tais inertes.

- - - PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE CARREÇO:- Prestou um esclarecimento ao Membro Soares Pereira no sentido de que o artº 18º que referiu tem duas condicionantes na

extracção de areia em que a mesma é feita por artigo, prédio rústico, por empresa e por licenciamento, sendo diferente para cada prédio, daí a legalidade do acto praticado pela Câmara Municipal. Relativamente à extracção de areias no Rio Lima alertou os consumidores, uma vez que areia em causa não detém as condições ideais para a construção civil. Finalmente aludiu à boa gestão do Município feita pelo Presidente da Câmara.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Relativamente à parte final da intervenção do Membro anterior aludiu às visões megalómanas de grande cidade e não de boa cidade e que o seu partido tem uma alternativa de governo municipal relativamente ao PSD.

- - - **SOARES PEREIRA:-** Informou o Presidente da Junta de Freguesia de Carreço que o que está em mente do Partido Socialista é o cumprimento da lei, tendo aludido ao falado artº 18º, pelo qual para uma extracção de elevado volume, como é o caso, deveria ser feito um estudo de impacto ambiental.

- - - **CARLOS RESENDE:-** Saliu a necessidade em ser discutido este assunto das areias na sessão ou em eventual grupo de trabalho nomeado para o efeito, de acordo com a proposta do Membro Oliveira e Silva, tendo aludido aos aspectos regulamentadores do dito artº 18º, manifestado a sua dúvida quanto à legitimidade do licenciamento feito pela Câmara Municipal e à divisão da zona em vários artigos, tendo argumentado que, se esta situação é legal, muitas explorações no concelho, poderiam recorrer a este estratagema para conseguirem os seus objectivos. Seguidamente perguntou da existência, ou não, de um estudo de impacto ambiental para o local.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-** Em resposta à intervenção do Membro Veiga de Oliveira, informou que a Assembleia Municipal, não está a fazer as vezes de um tribunal relativamente à imprensa, aludindo à forma incorrecta como o Jornal "O Falcão do Minho" tratou o assunto das areias. Relativamente à proposta do Membro António Silva, informou aquele Membro da desnecessidade em levar a efeito a sua sugestão, uma vez que a Câmara Municipal, por certo, disponibilizará todos os meios que forem tidos por convenientes para o efeito.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Chamou a atenção para o facto de a extracção de areias que

está a acontecer se deve unicamente à necessidade em construir a ETAR naquele local e para a impossibilidade em construí-la no terreno baldio, devido à legislação que rege aqueles espaços.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Esclareceu que a titularidade dos baldios é da competência dos compartes e quando isso não acontece pertence ao Estado, às Autarquias ou às Juntas de Freguesia respectivas, sendo nessa altura espaços particulares, podendo ser objecto de desafecção. Relativamente à construção da ETAR, informou da possibilidade em a sua construção poder acontecer em terreno baldio, recorrendo, para o efeito, à figura da expropriação por utilidade pública. Finalmente informou da saída, para breve, da nova Lei dos Baldios.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-**Agradeceu a informação prestada pelo Membro Oliveira e Silva e informou de que irá ser levado a cabo um estudo técnico/jurídico acerca dos baldios, por forma a obstar a apropriação indevida, desses espaços, pelos particulares.

- - - **HORÁCIO FARIA:-** Referindo-se à intervenção do Membro Soares Pereira, informou-o da divisão do terreno objecto da extracção da areias para a construção da ETAR em quatro artigos rústicos, cabendo a cada um uma licença de estabelecimento, daí a legalidade do licenciamento efectuado, de acordo com o disposto na Portaria nº 598/90, de 31 de Julho. Quanto ao ponto nº 5, informou que foi prestado parecer pela Comissão de Coordenação da Região do Norte, não sendo pedido parecer ao serviço Nacional de Parques e Reservas, uma vez que não se trata de área protegida. Esclareceu o Membro Oliveira e Silva de que, pelo procedimento adoptado sempre que é nomeado perito pelo Delegado do Procurador da República em Viana e pelos diversos acordãos que conhece sobre a matéria, os baldios são espaços fora do comércio jurídico e são inalienáveis, fundamentando a sua posição com o historial das legislações e procedimentos que regerem a gestão desses espaços. Finalmente referiu as insuficiências da lei quanto à regulamentação das extracções de areias e os ajustes que foram necessários introduzir para um controlo efectivo nesse domínio.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Concordou com a generalidade da intervenção anterior, e informou do conhecimento que tem de que, na altura da partilha dos baldios naquela zona, houve a apropriação

indevida dos mesmos pelos particulares, sendo reposta a legalidade com a aplicação do disposto nos Decretos-Lei n.ºs 39/76 e 40/76, tendo a sua titularidade passado para os compartes ou Conselhos Directivos, ficando os que não tiveram esse destino poder serem considerados propriedades das Câmaras Municipais, e, por isso, não estando sujeitos aos condicionalismos dos demais, podendo ser objecto de expropriação por utilidade pública.

- - - **HORÁCIO FARIA:-** Referindo-se aos baldios considerados abrangidos pela tutela das Câmara Municipais, informou que, ao abrigo dos art.ºs 400º e 401º do Código Administrativo, o seu destino é serem arborizados.

- - - **OLIVEIRA E SILVA:-** Aludindo aos baldios objecto de intervenção anterior, informou que os mesmos também tiveram como destino a devolução aos particulares.

- - - **PRESIDENTE DA CÂMARA:-** Começou a sua intervenção agradecendo ao Membro Oliveira e Silva o brilhante parecer que proferiu no domínio dos baldios e informou os presentes que a Câmara Municipal, com este procedimento, irá pôr à disposição da comunidade vianense muitos hectares de terreno.

- - - Encerrado este assunto o Presidente da Mesa da Assembleia leu a proposta apresentada pelo Partido Socialista que se junta como documento sob o n.º 7

- - - Não havendo incrições para discussão do referido documento, o Presidente da Mesa submeteu o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

- - - **PRESIDENTE DA MESA:-**Informou que a próxima reunião do Grupo de Apoio à Mesa da Assembleia Municipal terá lugar no próximo dia 9 de Março e que contará com a presença dos técnicos Eng.º Tiago Delgado e Eng.º Horácio Fria, a fim de poderem prestar todos os esclarecimento que forem entendidos como necessários.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

- - - Encerrada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa fixou um período de intervenção aberto ao público, não se tendo registado qualquer intervenção. - - - -

APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA

- - - Nos termos do número 4 do artigo 85º do Decreto-Lei número 100/84, de 29 de Março, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a acta desta reunião, em minuta, para surtir efeitos imediatos. E, nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente acta. - - - - -